



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PERÍODO 2018-2020
(15ª REVISÃO)**

**LEI Nº 9.496, DE 11/09/97, ALTERADA PELAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 148,
DE 25/11/2014 E Nº 156, DE 28/12/2016**

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 44/98

**CONTRATO Nº 004 STN/COAFI, DE 18/02/98
ENTRE A UNIÃO E O ESTADO DE MINAS GERAIS**

Belo Horizonte - MG, 29 de outubro de 2018

Assinatura manuscrita em azul.

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

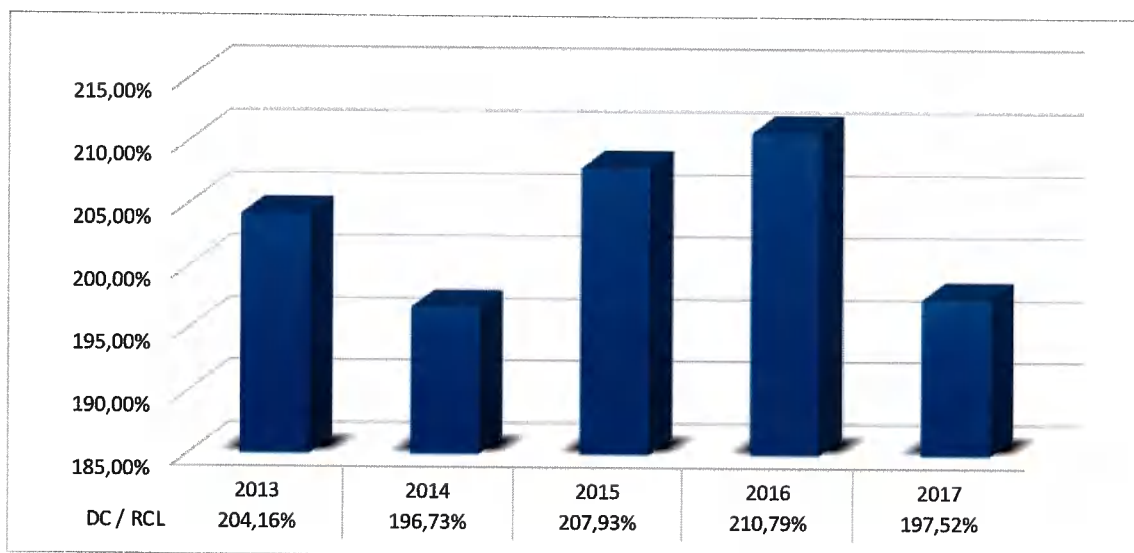
APRESENTAÇÃO

1. Este documento apresenta a 15ª revisão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (Programa) do Estado de Minas Gerais (Estado), parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 004/98 STN/COAFI (Contrato), firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e suas alterações e da Resolução do Senado Federal nº 44/98. O Programa dá cumprimento ao disposto nas cláusulas décima nona, vigésima e vigésima primeira do referido Contrato. A presente revisão contempla metas ou compromissos relativos ao exercício de 2018 e estimativas para os exercícios de 2019 e 2020.
2. Na seção 1 é apresentado diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Estado; na seção 2 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Estado; na seção 3 são apresentados metas ou compromissos estabelecidos pelo Estado em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97 e na seção 4 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas ou compromissos.
3. Compõem ainda o presente documento:
 - Anexo I - Demonstrativo da Dívida Consolidada;
 - Anexo II - Demonstrativo do Resultado Primário;
 - Anexo III – Demonstrativo da Receita de Arrecadação Própria
 - Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
 - Programa de Trabalho

1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO

4. Nessa seção será analisada a evolução dos indicadores econômico-financeiros do Estado, segundo os critérios do Programa, de forma a avaliar sua situação fiscal. Para isto, utilizaremos gráficos apresentando a evolução da dívida consolidada, do resultado primário, da despesa com pessoal e da receita de arrecadação própria e da disponibilidade de caixa.

Gráfico 1 – Dívida Consolidada/ RCL



Fonte: Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - RGF 3º quadrimestre - SCCG/STE/SEF-MG
Elaboração: Núcleo do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal

5. A evolução do Gráfico 1 demonstra que a relação Dívida Consolidada (DC) e Receita Corrente Líquida (RCL) apresentou variações significativas, partindo de 204,16% em 2013, diminuindo para 196,73% em 2014, aumentando para 207,93% em 2015, subindo ainda mais para 210,79% em 2016, porém, reduzindo-se para 197,52% em 2017.
6. No final de 2013 a Dívida Consolidada de Minas Gerais era R\$ 88.077 milhões, aumentou para R\$ 93.731 milhões em 2014 (variação de 6,42%), desse montante cresceu para R\$ 107.384 milhões em 2015 (variação de 14,57%), alcançou o montante de R\$ 113.258 milhões em 2016 (variação de 5,47%) e somente em 2017 apresentou queda para R\$ 108.980 milhões (variação de -3,77%)
7. A dívida de Minas Gerais é representada basicamente pela dívida interna, responsável por 85,9% de sua composição, de acordo com a posição apurada em 31/12/2017. O perfil do endividamento estadual sinaliza ainda, a concentração do saldo devedor em dois grandes débitos, o montante renegociado com o Governo Federal sob a égide da Lei 9.496/97 e o financiamento para o saneamento e privatização dos bancos estaduais ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70 de

24 de agosto de 2001. A evolução dessas dívidas é foco de especial gerenciamento, pois ambas representam 75,4% do endividamento total.

8. Em dezembro de 2017, o estoque dessa dívida somou R\$ 82,1 bilhões, ficando 5,79% menor do que o saldo devedor de dezembro de 2016, que era de R\$ 87,2 bilhões. Essa variação ocorreu principalmente por conta da assinatura do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida em 28/03/2017, nos termos da Lei Complementar nº 148/2014, que teve como efeito a redução de R\$ 9,5 bilhões no saldo da dívida, ao passar de R\$ 89,9 bilhões para R\$ 80,4 bilhões em abril de 2017.
9. Vale ressaltar que Minas não efetuou o pagamento da dívida com a União, das parcelas correspondentes aos meses de abril a junho de 2016, em razão da decisão proferida pelo STF no Mandado de Segurança – MS nº 34.122/2016; e obteve redução extraordinária de 100% nas parcelas de julho a dezembro de 2016 e de janeiro de 2017 a julho de 2018 progressivamente a 5,5% mensais até a totalidade da parcela, reduções fruto de renegociação da União com os Estados, nos termos da Lei Complementar nº 156/2016. Esses acontecimentos contribuíram para o aumento do estoque dessa dívida.
10. No contexto da renegociação da dívida com a União Federal no âmbito da Lei Complementar nº 156/2016, o Estado assinou, em dezembro de 2017, o Décimo Termo Aditivo, que se refere ao prazo adicional de 240 meses para pagamento das dívidas refinanciadas (Art. 1º, da LC nº 156/2016). No tocante às reduções extraordinárias (Art. 3º, da LC nº 156/2016) e ao parcelamento da dívida vencida e não paga em decorrência dos mandados de segurança providos pelo STF (Art. 5º, da LC nº 156/2016), o Estado provavelmente finalizará o processo para assinatura do Décimo Primeiro Aditivo até o final do ano de 2018.
11. É importante lembrar que, o Décimo Aditivo assinado e o Décimo Primeiro Aditivo a concluir, formalizam os efeitos da LC nº 156/2016, os quais são: (i) prazo adicional de 240 (duzentos e quarenta) meses para o pagamento das dívidas refinanciadas; (ii) reduções extraordinárias nas prestações mensais durante o período de julho de 2016 a junho de 2018; (iii) parcelamento da dívida vencida e não paga em decorrência de Mandado de Segurança provido pelo Supremo Tribunal Federal, em 24 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira em julho de 2016; e (iv) afastamento da regra de 13% da Receita Líquida Real para o cálculo do valor da parcela mensal.
12. Destaca-se também, no âmbito da LC nº 156/2016, nos termos do Art. 2º, a renegociação das linhas de crédito do BNDES, contemplando os contratos de financiamento mediante abertura de crédito números 10.2.0305.1 (PEF II) e 12.2.1075.1 (PROINVESTE). A Resolução nº 4.566/2017 do

BACEN ampliou o prazo total de financiamento dos referidos contratos em dez anos, incluindo quatro anos de carência, mantidas as demais condições financeiras pactuadas.

13. O endividamento externo totalizou R\$ 12.044 milhões no final de dezembro de 2017, sendo 49,2% desse volume relativo a empréstimos com o BIRD (R\$ 5.927 milhões), 34,9% com o Credit Suisse (R\$ 4.201 milhões), 9,9% com a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD (R\$ 1.191 milhões) e 6,0% com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (R\$ 725 milhões). O estoque da dívida externa, na posição de 31/12/17, diminuiu 0,02% em relação a final de 2016, em razão das amortizações realizadas e da variação cambial entre 31/12/16 e 31/12/17.
14. Os demonstrativos do Resultado Primário - RREO/6º bimestre de 2013 a 2017 - estão demonstradas despesas empenhada e liquidadas. Para aproximar das da apuração do resultado primário do PAF, que é por despesa paga mais resto a pagar pago no ano, os resultados primários listados na tabela 1, de 2013 a 2017, foram todos apurados considerando despesa primária liquidada em relação a receita primária.

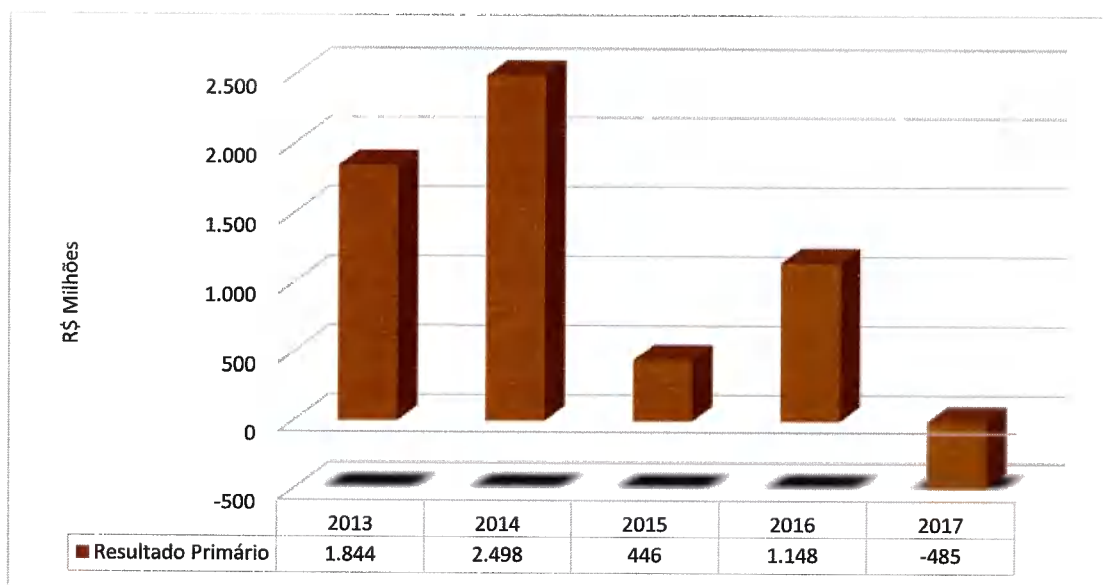
Tabela 1 - Resultado Primário

R\$ milhões			
Ano	Resultado Primário	Receita Primária Total	Despesa Primária Total - Liquidada
2013	1.844	63.847	62.003
2014	2.498	70.667	68.169
2015	446	75.027	74.581
2016	1.148	81.955	80.807
2017	-485	87.927	88.412

Fonte: Demonstrativo de Resultado Primário - RREO - 6º bimestre/STE/SEF/MG
Elaboração: Núcleo do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal

15. Ao observar a tabela 1 e o Gráfico 2, pode-se concluir que houve deterioração do Resultado Primário no período. De R\$ 1.844 milhões em 2013 aumentou para R\$ 2.498 milhões em 2014, mas reduziu-se para R\$ 446 milhões em 2015, melhorou subindo novamente para R\$ 1.148 milhões em 2016, porém em 2017 apresentou déficit de R\$ 485 milhões.

Gráfico 2 – Resultado Primário



Fonte: Demonstrativo de Resultado Primário - RREO - 6º bimestre/STE/SEF/MG
Elaboração: Núcleo do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal

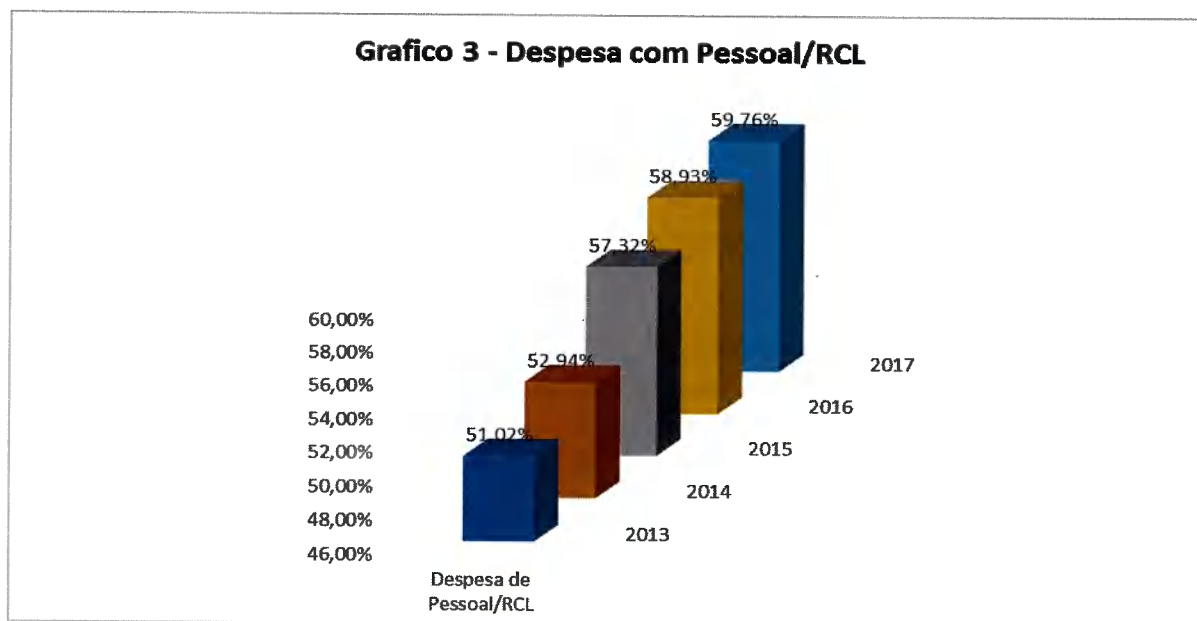
16. Nesses últimos anos, o Governo Estadual teve os desafios de ampliar receitas e de controlar o elevado e rígido conjunto de despesas, como gastos com a folha de pessoal, pagamento da dívida pública e o financiamento do déficit previdenciário. Além ainda de honrar com os recursos constitucionais de investimento em educação e saúde. Esse sistema acaba gerando uma situação de desequilíbrio fiscal e desacerto entre a arrecadação das receitas e a execução das despesas, isto em tempo de dificuldade financeira.
17. A tabela 2 a seguir mostra a evolução da despesa bruta com pessoal, discriminando a despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista e outras despesas de pessoal, além da despesa líquida com pessoal e sua relação com a Receita Corrente Líquida no período de 2013 a 2017.

Tabela 2 - Despesa com Pessoal/RCL

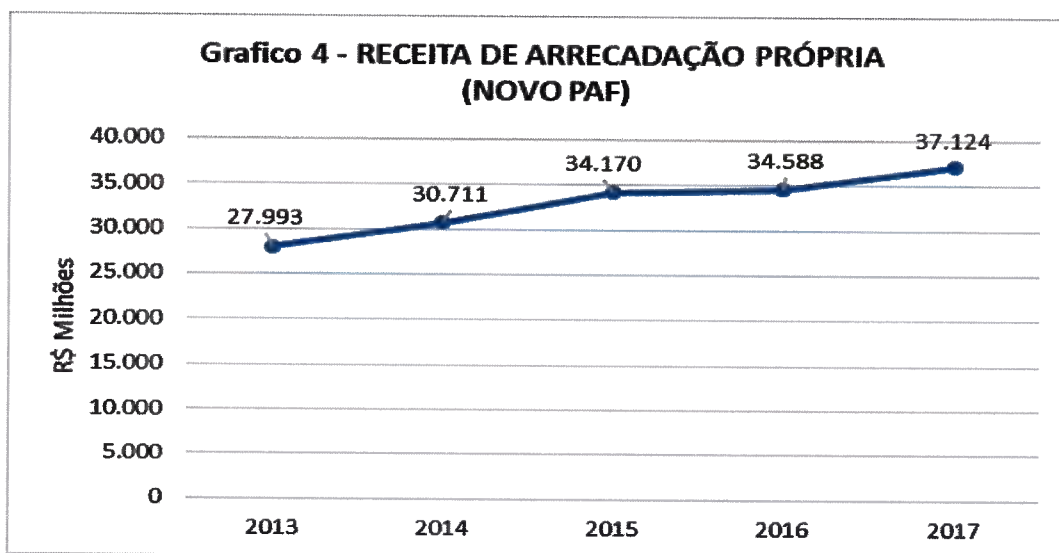
	R\$ Milhões									
	2013		2014		2015		2016		2017	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	32.412	100%	36.536	100%	43.415	100%	46.925	100%	49.849	100%
Pessoal Ativo	19.193	59%	21.018	58%	24.140	56%	25.770	55%	27.309	55%
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.465	38%	14.635	40%	18.329	42%	20.181	43%	21.868	44%
Outras Despesas de Pessoal	754	2%	883	2%	947	2%	974	2%	672	1%
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	10.402		11.314		13.812		15.262		16.873	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I - II)	22.010		25.222		29.604		31.663		32.976	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	43.141		47.644		51.643		53.731		55.174	
% Despesa Pessoal (III) sobre RCL	51,02%		52,94%		57,32%		58,93%		59,76%	

Fonte: Demonstrativo Consolidado de Despesa com Pessoal/RGF 3º quadrimestre-Anexo I-SEF/STE/SCCG/DCA
Elaboração: Núcleo do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal

18. A evolução da despesa bruta com pessoal de 2013 (R\$ 32.412 milhões) para 2017 (R\$ 49.849 milhões) é de 53,8% no período, enquanto a inflação medida pelo IPCA no mesmo período é de 28,86%.
19. A maior responsável pela alta variação dessa despesa é o gasto com inativos e pensionistas que cresceu substancialmente de R\$ 12.465 milhões em 2013 para R\$ 21.868 milhões em 2017, variação de R\$ 9.403 milhões, equivalente a 75,44% de crescimento no período. Isso pode ser constatado nos itens que compõem a despesa bruta. Em 2013 o pessoal ativo compunha 59% da despesa bruta enquanto os inativos e pensionistas representavam 38%. Porém, em 2017 essa proporcionalidade, alterou-se para 55% para pessoal ativo e para inativos e pensionistas, 44% da despesa bruta.
20. O Gráfico 3, apresenta a evolução do índice de pessoal, a relação despesa (líquida) com pessoal e RCL, partindo de 51,02% em 2013 e alcançando 59,76% em 2017. Ultrapassando o limite prudencial de 57% em 2015, em 2016 e em 2017, quando aproximou muito do limite máximo de 60% da RCL, estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.



21. O grande desafio do gasto com pessoal é a pressão da conta das atualizações de salários no contexto da política de valorização do servidor público estadual implantada nos últimos anos e que ganhou impulso expansionista, haja vista a natureza dos benefícios concedidos, principalmente nas áreas de segurança e educação.
22. No gráfico 4 é demonstrado o comportamento da arrecadação própria do Estado, no período de 2013 a 2017, no critério de apuração do novo PAF, de acordo com essa revisão. Pode-se observar que em 2013 o montante apurado foi de R\$ 27.993 milhões, evoluindo para R\$ 37.124 milhões em 2017. Aumento de R\$ 9.131 milhões no período.



23. Porém, quando se analisa a variação ocorrida de 2015 (R\$ 34.170 milhões) para 2016 (R\$ 34.588 milhões) encontra-se apenas R\$ 418 milhões. No entanto, se desconsiderar o incremento de R\$ 4.875 milhões de depósitos judiciais da Lei Estadual nº 21.720/2015, ocorrido somente em 2015, o acréscimo em 2016 sobe para R\$ 5.293 milhões.
24. O montante anual apurado da Arrecadação Própria do Estado (meta 4 do PAF) é o resultado da Receita Corrente Líquida (RCL) deduzidos o Imposto de Renda Retido da Fonte, as Aplicações Financeiras e as Transferência Correntes (vide tabela 3). Portanto, como o ponto de partida é a RCL, as deduções na apuração da RCL já foram consideradas, dentre elas a transferência a Municípios.

Tabela 3 - Receita de Arrecadação Própria - 2013 a 2017, em R\$ Milhões - (conforme Novo PAF)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Corrente Bruta (I)	62.147	68.133	72.598	76.502	80.099
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	43.378	47.007	47.956	52.945	57.992
ICMS	35.140	37.409	37.099	41.028	45.191
IPVA	3.232	3.617	4.040	4.359	4.612
ITCD	540	626	718	760	837
IRRF (II)	2.231	2.790	3.600	4.115	4.311
Outros impostos, taxas e contribuições de melhoria	2.235	2.566	2.499	2.683	3.041
Receita Patrimonial	1.999	2.159	1.117	2.302	975
Aplicações Financeiras (III)	841	920	762	568	352
Demais Receitas Patrimoniais	1.159	1.238	355	1.733	623
Outras Receitas Correntes Próprias	4.693	5.744	10.413	6.803	6.882
Transferências Correntes (IV)	12.076	13.223	13.112	14.452	14.250
Cota-Parte do FPE	2.968	3.234	3.402	3.902	3.709
Transferências da LC 87/1996 (Lei Kandir)	189	189	189	189	189
Transferências da LC 61/1989 (IPI Exportação)	656	700	687	511	572
Transferências do FUNDEB	5.840	6.231	6.205	6.766	7.000
Outras Transferências Correntes	2.424	2.870	2.629	3.083	2.780
Deduções (V)	19.006	20.489	20.955	22.778	24.928
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (VI) = (I) - (V)	43.141	47.644	51.643	53.723	55.172
RECEITAS DE ARREC. PRÓPRIA (VII) = (VI) - (II) - (III) - (IV)	27.993	30.711	34.170	34.588	37.124

*somado R\$ 865 milhões de dedução do FUNDEB das Transferência, para eliminar a dedução em duplicidade.

25. A Receita Corrente Bruta evoluiu de R\$ 62.147 milhões em 2013 para R\$ 80.099 milhões em 2017, aumento de R\$ 17.952 milhões, equivalente a um crescimento de 28,89% no período. Desse montante, em média, as transferências correntes (da União) são responsáveis por 19% da receita corrente bruta, tendo um papel importante na receita estadual.
26. A Receita de Arrecadação Própria, nos termos do Novo PAF, equivale, em média, a 46% de toda a Receita Corrente Bruta. Isso demonstra que a receita de arrecadação própria estadual é mais que duas vezes o montante das receitas de transferências da União. Isso permite que o Estado viabilize sua sustentação fiscal e financeira com base nas receitas de sua competência, evitando que flutuações nos valores dos repasses governamentais comprometam seu equilíbrio.

2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

27. O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Estado com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado dará sequência ao Programa iniciado em 1998 por meio do cumprimento das metas ou compromissos definidos na seção 3 deste documento.
28. O cumprimento das metas ou compromissos do Programa também visa manter ou melhorar a classificação da capacidade de pagamento do Estado, tornando elegíveis as operações de crédito de seu interesse à concessão de garantias da União.



3. METAS OU COMPROMISSOS

META 1 ⇒ RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA (DC) / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

RELAÇÃO DC/RCL		
2018	2019	2020
203,35	177,95	169,76

29. A meta 1 do Programa é não ultrapassar em 2018 a relação DC/RCL acima especificada.
30. A relação considera o estoque das dívidas suportadas pelo Estado e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução. A projeção acima considera ainda o espaço fiscal previsto no TET.
31. A consideração de operações de crédito a contratar no espaço fiscal do Programa não significa anuência prévia da STN, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

META 2 ⇒ RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES		
2018	2019	2020
-1.810	1.858	3.742

32. A meta 2 do Programa é superar o resultado primário previsto para o exercício de 2018, conforme acima especificado.

META 3 ⇒ DESPESA COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

33. A meta 3 do Programa consiste em não ultrapassar em 2018 o limite definido no Artigo 19, inciso II, da LRF.

META 4 ⇒ RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES		
2018	2019	2020
59.083	67.638	70.822

34. A meta 4 do Programa é superar em 2018 o montante de receitas de arrecadação própria indicado acima.

META 5 ⇒ GESTÃO PÚBLICA

35. A meta 5 do Programa é alcançar em 2018 os seguintes compromissos:

- a) Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso de acordo com o §1º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015; e
- b) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
- c) Manter estrutura técnico-institucional para a execução das atividades, trabalhos e acompanhamentos relacionados ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, manter equipe para contatos e relacionamentos com a STN, com a participação de integrantes da Secretaria da Fazenda, de acordo com a Resolução nº 4.543, de 13 de maio de 2013.
- d) Manter atualizado o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), de acordo com os normativos vigentes.

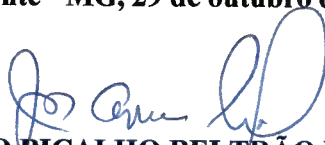
META 6 ⇒ DISPONIBILIDADE DE CAIXA

36. A meta 6 do Programa consiste em alcançar em 2018 disponibilidade de caixa de recursos não-vinculados do poder executivo maior que o das obrigações financeiras.

4. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS

37. Durante a vigência do Contrato, o Programa será revisto a cada exercício devendo o Estado manter interlocução com a STN por meio de remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET e no Programa de Trabalho.
38. O Estado em conjunto com a STN estabelecerá metas e compromissos para o exercício de referência e estimativas para os dois exercícios financeiros subsequentes.
39. A avaliação preliminar do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente até 31 de julho, conforme Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, Portaria STN nº 690, de 11 de agosto de 2017 e TET.
40. O Estado poderá encaminhar pleito de revisão da avaliação preliminar nos termos da Portaria do Ministério da Fazenda nº 265, de 10 de maio de 2018.
41. O Estado entende que a não revisão do Programa equivale ao descumprimento da totalidade das metas ou compromissos, implicando apenamento nos termos da alínea a do inciso IV do art. 5º-A da Lei Complementar nº 148, de 2014, e no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001.
42. O Estado autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
43. Este é o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal que o governo do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Secretário de Fazenda, por delegação do Governador do Estado, conforme Decreto nº 44.493 de 23 de março de 2007, subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496/1997 e suas alterações. O comprometimento com as metas ou compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

Belo Horizonte - MG, 29 de outubro de 2018.



JOSÉ AFONSO BICALHO BELTRÃO DA SILVA
Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais